



Senadores reagem a denúncia e preparam debate sobre carne

Comissão de Direitos Humanos fará audiência pública na terça que vem sobre qualidade do alimento. Comissão de Transparência poderá ter outros dois debates

A denúncia de que parte da carne consumida no país não tinha qualidade e era “maquiada” por frigoríficos com a conivência de fiscais do Ministério da Agricultura repercutiu ontem no Plenário do Senado. A Comissão de Direitos Humanos aprovou a realização de uma audiência pública sobre o tema na

próxima terça-feira. A Comissão de Transparência e Governança Pública, por sua vez, analisará dois pedidos de audiência sobre a Operação Carne Fraca. Senadores apontaram problemas decorrentes da descoberta das fraudes no setor de carnes, como novas dificuldades para pequenos produtores e restrições às exportações. **3**

Divulgação/IBS



A Operação Carne Fraca, da PF, descobriu que frigoríficos “maquiavam” carne vencida e a reembalavam para a venda

Gerardo Magela/Agência Senado



Paim (C) preside audiência da CDH, que faz ciclo de debates sobre reformas

Reforma trabalhista extingue direitos, afirmam debatedores

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes de entidades de trabalhadores criticaram proposta de reforma trabalhista do governo. Eles contestaram

pontos como a prevalência dos acordos sobre a lei e afirmaram que as mudanças, além de não gerarem empregos, vão precarizar as relações de trabalho. **2**

Plenário vota atualização da Lei de Execução Penal

Está na pauta de votações de hoje um projeto que pode contribuir para minorar a crise penitenciária. O texto atualiza a Lei de Execução Penal, que regula o cumprimento de sentenças.

Mutirão em presídios superlotados é uma das ações propostas. Outro projeto em pauta proíbe medidas provisórias que causem desequilíbrio financeiro em contratos públicos. **3**



Senadores podem aprovar hoje projeto que moderniza normas sobre o cumprimento de sentenças. Lei atual é de 1984

Marcos Oliveira/Agência Senado



Siga Painéis, do Senado, facilita acesso aos dados do Tesouro Nacional

Senado lança nova ferramenta para entender o Orçamento

Muito mais amigável e atraente do que o Siga Brasil, o sistema desenvolvido pela Consultoria de Orçamento em parceria com o Prodasen oferece painel específico

ao cidadão, que dispensa conhecer os jargões orçamentários. O Siga Painéis também dá acesso às emendas obrigatórias e tem área para especialistas. **4**

Pedido de CPI da Previdência pode ser apresentado **3**

Projeto destina mais recursos para transportes **2**

Comissão de Educação discute plano de trabalho

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte se reúne hoje, a partir das 11h, para debater o plano e a metodologia de trabalho para o biênio 2017-2018. **3**

Colegiado volta a avaliar união homoafetiva

A Comissão de Constituição e Justiça vota amanhã, em turno suplementar, substitutivo que reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo. **3**

Para debatedores, reforma trabalhista é retrocesso

Participantes de audiência pública disseram que a proposta do governo ataca direitos do trabalhador e não reduz desemprego. Prevalência de acordos sobre a legislação foi um dos pontos mais criticados

REPRESENTANTES DE ENTIDADES ligadas aos trabalhadores criticaram ontem, em audiência pública, a proposta de reforma trabalhista encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente Michel Temer. Segundo eles, o projeto (PL 6.787/2016) ataca direitos conquistados durante anos de lutas. A audiência foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A proposta prevê que aquilo que for negociado pelos trabalhadores com as empresas deverá prevalecer sobre a legislação trabalhista. Com isso, acordos fechados pelas categorias terão peso legal.

Um dos pontos mais criticados é o que autoriza, em caso de acordo entre a empresa e os trabalhadores, a formalização de uma jornada de trabalho de até 220 horas por mês (nos casos de meses com cinco semanas). Conforme a proposta, a jornada em um único dia pode chegar até a 12 horas (8 horas normais mais 4 extras).

Entre as principais alterações previstas, estão ainda o parcelamento de férias e a ampliação do contrato de trabalho temporário de 90 para 120 dias e do regime parcial de trabalho de 25 para até 30 horas. A possibilidade de flexibilizar o horário de almoço ou de descanso por meio de acordo coletivo também está entre as mudanças.

Um dos argumentos do governo para convencer parlamentares e trabalhadores é a perspectiva de que a mudança poderá criar até 5 milhões de



Paim (C) coordena primeiro encontro de um ciclo de debates sobre reformas

empregos. Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Costa, a estimativa do governo é uma falácia. Ele apresentou estudos que comprovariam que a flexibilização da proteção dos trabalhadores não reduz a taxa de desemprego.

— A reforma não vai gerar emprego. O próprio governo não apresenta dados que garantam isso. Vai gerar, na verdade, precarização do trabalho.

Coerção

O presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, Hugo Melo Filho, afirmou que a reforma não interessa aos trabalhadores:

— Por que razão o trabalhador vai iniciar uma negociação com os patrões para obter algo inferior ao que ele já tem na lei? Ele só vai negociar se estiver sendo coagido — alertou.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Carlos Silva, conclamou os trabalhadores a não votar nos parlamentares que

apoiarem a reforma.

Para Luiz Antonio Colussi, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, as mudanças propostas por Temer são retrocessos nas garantias sociais que os trabalhadores conquistaram.

Berna Menezes, dirigente da Intersindical, também atacou a proposta:

— As maiores vítimas são os jovens, que não terão direito a se aposentar e não terão direitos trabalhistas.

Durante a audiência, debatedores ainda criticaram outros projetos em análise no Congresso, como o que regulamenta a terceirização, que está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara.

Os projetos de reforma previdenciária e trabalhista são tema de um ciclo de debates na CDH proposto pelo vice-presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), que é contrário aos projetos:

— É o fim dos mundos acabar com a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] — afirmou.

Transporte coletivo pode receber 5% de tributo

A Comissão de Infraestrutura (CI) deve votar hoje uma proposta que destina 5% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) à implantação e à expansão de sistemas eficazes de transporte de massa. O objetivo do

PLS 11/2013, do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues, é priorizar o transporte público urbano, em contrapartida ao crescente número de carros.

O relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), apresentou voto favorável, com emenda para

que a determinação se restrinja ao governo federal, devido à crise financeira dos estados e dos municípios.

Como a decisão é definitiva, o projeto, se for aprovado sem recurso para ir ao Plenário, seguirá para a Câmara.

Reguffe defende propostas de mudança na lei eleitoral e critica lista fechada

A votação em lista fechada, prevista no texto da reforma política em análise no Congresso, foi criticada por Reguffe (sem partido-DF). Para ele, a mudança tira do



Waldemir Borges e Silva/Agência Senado

seus candidatos. Ele defen-

deu as PECs 9/2015, do voto distrital; 10/2015, que torna o voto facultativo; e 8/2015, que cria sistema de revogabilidade de mandatos. Também apoiou o PLS 36/2015, que padroniza as campanhas.

Anastasia elogia leilão de aeroportos como alternativa para melhoria da infraestrutura

A falta de infraestrutura é uma das causas da crise econômica do país, disse Antônio Anastasia (PSDB-MG). Porém, embora o investimento no setor seja



Antônio Anastasia/Agência Senado

urgente, o erário público está exaurido, ressaltou. O senador

disse que, por essa razão, apoiou o leilão dos aeroportos de Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre. Ele citou o exemplo do Aeroporto Tancredo Neves, em Minas Gerais, reinaugurado em 2016.

Jorge Viana lamenta falecimento do pai, o ex-deputado estadual e federal Wildy Viana

Jorge Viana (PT-AC) homenageou seu pai, Wildy Viana das Neves, que faleceu no dia 13, aos 87 anos.

Viana agradeceu o apoio recebido dos senadores e destacou que seu pai foi exemplo de traba-



Wildy Viana/Agência Senado

lhador e alguém que destinou boa parte do seu tempo para ajudar as pessoas.

Wildy Viana foi servidor público e exerceu os cargos de deputado estadual e federal, disse Jorge Viana.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Reformas do governo

9h Audiência sobre as reformas previdenciária e trabalhista, com foco na CPI da Previdência.

CI Transportes coletivos

9h Na pauta, projeto que destina recursos da Cide-Combustível para projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.

CAE Administração pública

10h O colegiado vota projeto que proíbe o pagamento antecipado na administração pública.

CE Calendário de atividades

11h A comissão define o plano de trabalho para 2017.

PLENÁRIO Crise penitenciária

14h O Plenário vota projeto para reduzir a superlotação em presídios.

MP 756/2016 Conservação ambiental

14h30 Audiência pública para discutir a MP, que altera unidades de conservação ambiental no Pará. Entre os convidados, estão o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e o vice-governador do Pará, Zequinha Marinho.

MP 757/2016 Zona Franca de Manaus

14h30 Audiência sobre a MP 757, que cria duas taxas em favor da Súframa.

DESBUROCRATIZAÇÃO Cronograma

15h A Comissão Mista da Desburocratização discute o plano de trabalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado deve chamar fiscais de vigilância sanitária, Ministério Público e Polícia Federal para discutir o assunto em audiências públicas

Senadores demonstram preocupação com efeitos da Operação Carne Fraca

A PREOCUPAÇÃO COM a credibilidade da carne brasileira no mercado externo marcou a sessão de ontem no Plenário. Os senadores citaram a Operação Carne Fraca, deflagrada sexta-feira pela Polícia Federal.

De acordo com a PF, frigoríficos “maquiavam” carnes vencidas com ácido ascórbico para vendê-las. Além disso, as empresas subornavam fiscais do Ministério da Agricultura para que autorizassem a venda do produto sem a devida fiscalização. A carne imprópria para consumo seria destinada ao mercado interno e à exportação.

Para os senadores Ana Amélia (PP-RS), Cidinho Santos



Polícia Federal encontrou irregularidades em produtos de 21 frigoríficos

(PR-MT) e José Medeiros (PSD-MT), os pequenos produtores é que vão sentir os efeitos da desconfiança após a operação.

Ana Amélia lembrou que o próprio fiscal agropecuário responsável pela denúncia, Daniel Gouveia Teixeira, disse

que o número de empresas que fraudaram a qualidade dos produtos é pequeno.

Para Cidinho, algumas acusações são irresponsáveis, como a que apontou a mistura de papelão ao frango. Nos áudios da operação, disse, fica claro que o papelão era usado nas embalagens.

O vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), anunciou debate sobre o assunto com os setores envolvidos. Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que deve presidir a Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG), também deve marcar audiências.

Pequeno produtor vai pagar a conta, diz Ana Amélia

Ana Amélia elogiou a operação da Polícia Federal, que, disse, ajuda a preservar a qualidade dos produtos que chegam aos consumidores. Ela também pediu rapidez das autoridades para penalizar os envolvidos.

As irregularidades, afirmou, não podem atingir a maioria de um mercado tão comprometido com a qualidade da carne.

— Como vai ficar o pequeno agricultor? Ele vai pagar a conta, vai pagar porque ele não vai vender, vai paralisar o sistema — disse a senadora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros critica concentração na indústria alimentícia

Para o senador José Medeiros, a operação da Polícia Federal mostra que o país está sendo passado a limpo.

Segundo ele, porém, o governo cometeu o erro de “pôr todos os ovos numa cesta só”, prejudicando toda a indústria de carne.

Medeiros manifestou temor de que os países concorrentes explorem essa fraqueza do Brasil e previu que os grandes empresários do setor frigorífico não serão atingidos pela operação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim anuncia debate sobre qualidade da carne

A Comissão de Direitos Humanos fará audiência pública no dia 28 para discutir a qualidade da carne no Brasil. O anúncio foi feito por Paulo Paim, vice-presidente da comissão.

Ele defendeu o aprofundamento da investigação da Operação Carne Fraca, que desmontou esquema de fraudes na fiscalização do setor. Mas Paim disse que não se pode generalizar, punindo os que não cometeram irregularidades.

— Isso tem a ver com direitos humanos, porque, se tudo aquilo que foi falado for real, estamos falando de saúde do nosso povo.

Cidinho Santos lamenta restrições a exportação

Cidinho Santos criticou a Polícia Federal pela Operação Carne Fraca. Ele destacou o impacto negativo sofrido por importante setor da economia. Segundo ele, empresas nacionais com mais de 80 anos de experiência no mercado tiveram seu nome “jogado na lama” com a operação.

Cidinho lamentou as restrições de diversos países à importação de carne do Brasil. Ele ainda contestou as interpretações de áudios divulgados pela imprensa de que papelão teria sido misturado à carne.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Atualização da Lei de Execução Penal está na pauta de hoje do Plenário

O Plenário do Senado pode votar hoje o projeto que atualiza a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984). O texto (PLS 513/2013) estabelece mais de 200 alterações na lei, que reúne normas para o cumprimento de sentenças e estabelece os direitos e os deveres dos condenados.

As mudanças propostas buscam evitar a superlotação nos presídios e promover a inserção de ex-detentos no mercado de trabalho. Mutirões em presídios superlotados, para verificar a situação de presos, e liberação antecipada são alguns dos instrumentos previstos. O projeto é fruto do trabalho de uma comissão especial de juristas que atuou no Senado em 2013.

O texto tramita em regime de urgência e ainda carece de parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Porém, o relator na comissão, Jader Barbalho (PMDB-PA), poderá apresentar o parecer em Plenário.

Também está na pauta proposta de emenda à Constituição que proíbe a edição de medidas provisórias que alterem o equilíbrio financeiro de contratos da administração pública. A proposta (PEC 111/2015) é de Renan Calheiros (PMDB-AL).

O Plenário ainda pode votar hoje requerimento de urgência para o projeto que regulamenta o direito de greve no serviço público (PLS 710/2011). Outras propostas poderão ser incluídas na ordem do dia após a reunião de líderes partidários, marcada para as 11h de hoje.

CPI da Previdência já tem assinaturas suficientes

O senador Paulo Paim (PT-RS) pedirá hoje a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a situação financeira da Previdência Social. Paim obteve a assinatura de 46 senadores favoráveis à instalação da comissão de inquérito. O requerimento deve ser apresentado à Mesa do Senado.

Segundo Paim, o objetivo da CPI será investigar os grandes devedores da Previdência e debater a questão do déficit no setor. Para ele, o argumento de que a Previdência é deficitária é uma “história mal contada”.

Paim afirma que a Previdência é credora de R\$ 426 bilhões em dívidas que podem ser executadas de imediato. Entre

os maiores devedores, estão empresas privadas, como o Banco Itaú e a mineradora Vale, e públicas, como o Banco do Brasil e a Caixa. Esses números serão apresentados hoje pela manhã, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que tratará da reforma da Previdência.

Vice-líder do governo, José

Medeiros (PSD-MT), disse que a estrutura institucional do país no setor previdenciário é sólida e que não haveria por que escrutiná-la.

— Não há a necessidade de abertura de uma CPI agora. Mas o governo não teme investigação sobre esse tema. Este é um governo que não teme transparência — disse.

Senadores debatem plano de trabalho

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), reúne-se hoje, às 11h, para debater o plano de trabalho para 2017 e a metodologia a ser adotada pela comissão para o biênio 2017-2018.

A presidente, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), eleita na semana passada, disse que um dos principais desafios da comissão será garantir recursos no Orçamento da União para as áreas de educação, cultura e esporte depois da promulgação da emenda constitucional que limita os gastos públicos. A reunião será na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

União homoafetiva volta à pauta de comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã, em turno suplementar, o substitutivo do relator ao projeto que permite o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo (PLS 612/2011).

O substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR) ao projeto de Marta Suplicy (PMDB-SP)

foi aprovado há duas semanas pela comissão, mas precisa ser submetido a nova votação.

Uma emenda proposta por Magno Malta (PR-ES) altera o substitutivo já aprovado, estabelecendo que o instituto do casamento se dará apenas como ato entre homem e mulher. O relator recomenda a rejeição da emenda. Se essa ou qualquer

emenda for rejeitada, o substitutivo será definitivamente adotado e enviado diretamente para a Câmara, salvo se houver recurso para exame no Plenário do Senado.

Hoje o Código Civil reconhece como entidade familiar “a união estável entre homem e mulher, configurada na convivência pública, contínua e

duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. O projeto altera a lei para definir como família “a união estável entre duas pessoas”.

No relatório, Requião lembrou decisão de 2011 do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhece o direito à formalização da união entre casais homossexuais.

Nova ferramenta ajuda a entender Orçamento

O Painel Cidadão está incluído no Siga Painéis, sistema desenvolvido pelo Senado que tornou mais amigável, simples e atraente o acesso à complexa base de dados do Tesouro Nacional

Cintia Sasse

IMAGINE QUALQUER INTERNauta poder ter acesso aos dados da Previdência Social sem depender das versões oficiais do governo ou das entidades que defendem trabalhadores, aposentados e pensionistas. Poder construir a sua própria avaliação sobre o tema que vem mobilizando os brasileiros e provocando protestos em todo país. Conseguir entender a complexa base de dados do Tesouro Nacional, não só sobre o sistema previdenciário, mas sobre qualquer gasto federal, sem precisar ser um especialista ou iniciado em jargões orçamentários.

Foi com esse objetivo que o Senado desenvolveu o Painel Cidadão, incluído no Siga Painéis. Considerado a nova geração da principal ferramenta de transparência orçamentária desenvolvida pela Consultoria de Orçamento em parceria com o Prodasen, o Siga Brasil, o sistema é muito mais amigável e atraente do que o primeiro, lançado ao público em 2004.

Possibilita a apresentação das informações consultadas em forma de gráficos, que facilitam a compreensão dos números e sua comparação. Basta o internauta entrar na página (*veja link no final desta reportagem*) para se deparar com três banners: um para especialista, outro para acompanhar as emendas parlamentares de execução obrigatória e, por fim, o destinado ao cidadão.

É neste último banner que o internauta pode pesquisar o Orçamento federal por assunto, sem ter que conhecer as classificações orçamentárias, uma linguagem para iniciados. Segundo o consultor de Orçamento responsável pelo desenvolvimento do produto,

Orlando Cavalcante, há por enquanto 800 temas construídos, que podem ser apresentados na forma de 80 gráficos, que mudam de acordo com o assunto selecionado.

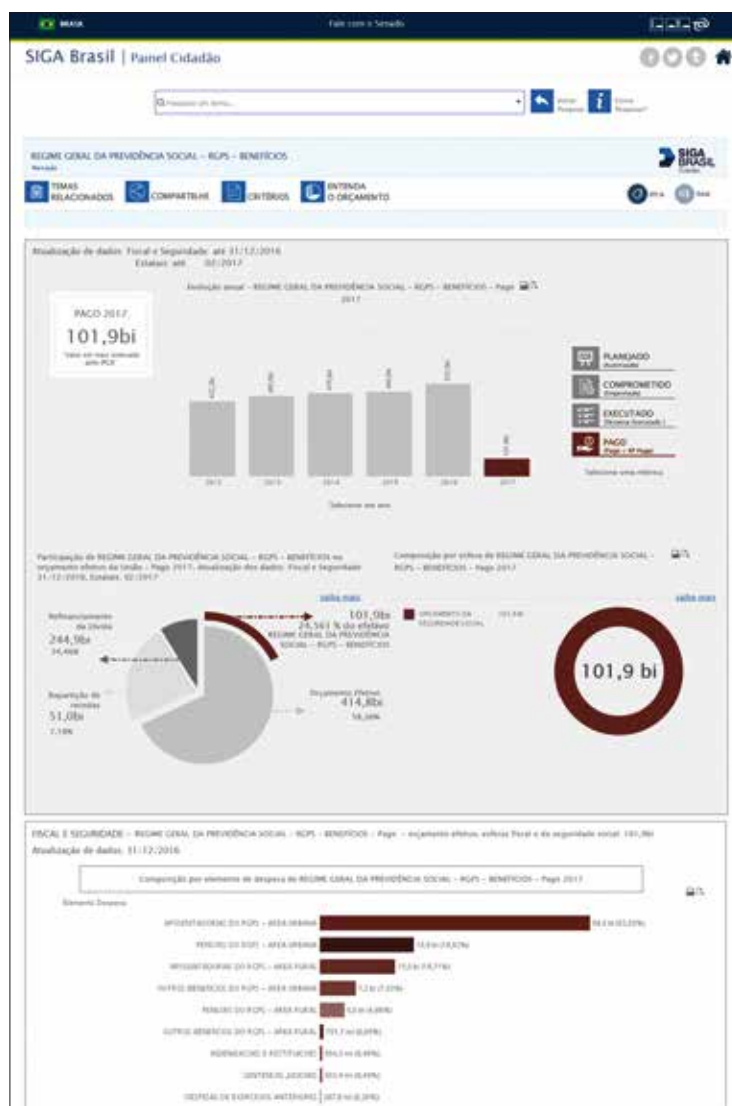
O consultor explica que a ferramenta permite a construção constante de temas novos e nem há como dimensionar quantos seriam. Na quinta-feira, durante a apresentação do Siga Painéis para algumas ONGs parceiras na metodologia dos orçamentos temáticos do Siga Brasil, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) solicitou um tema específico sobre mobilidade urbana, de forma a facilitar o acesso do cidadão a todos os gastos federais orçados para essa finalidade.

Facilidades

Criada a partir de um software de origem sueca adquirido pelo Senado em 2014, após dois anos de análise do produto, a nova ferramenta de transparência dos gastos públicos federais começou a operar em dezembro do ano passado. E a ideia, como explica a consultora de Orçamento Rita Santos, é que ela esteja em constante aperfeiçoamento.

As informações organizadas a partir da base de dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) podem ser compartilhadas por Facebook, Twitter e Google+. Se o dispositivo for móvel, os dados também podem ser compartilhados pelo WhatsApp.

Outro esforço que vem sendo feito, acrescenta Cavalcante, é tornar o Siga Painéis amigável aos que buscam informações na internet por meio do Google, do Yahoo e de outros sites de busca. Está prevista a utilização do SEO, um conjunto de estratégias de marketing de busca, que



Sistema oferece 80 gráficos, que mudam dependendo do assunto consultado

seleciona sites por algoritmos complexos usados para calcular a importância da página e do conteúdo.

Se o internauta quiser saber quais são os recursos da União investidos no desenvolvimento do maior avião cargueiro do país, basta pesquisar no Google “KC cargueiro Embraer Siga Painel Cidadão”. Vai ser o primeiro da lista. Entre no link e já na página poderá verificar um gráfico em barras com os valores de 2012 a 2016, tanto os gastos nominais quanto os reais, corrigidos pelo IPCA, ou seja, sem o efeito da inflação.

A avaliação da ONG Contas Abertas, conhecida por exercer controle social do Orçamento da União e capacitar jornalistas e executivos, é que a nova geração do Siga vai facilitar suas pesquisas e os cursos de treinamento.

Rapidez

Apenas para mostrar o ganho de eficiência no trabalho proporcionado pela nova ferramenta, os consultores de Orçamento comparam que em 1998, quando não dispunham desse auxílio para analisar e estudar os dados orçamentários, gastavam 176 horas para pesquisar determinado assunto. Com o Siga Brasil, o tempo para a mesma consulta caiu para duas horas e meia. E com o Siga Painéis, é possível fazê-la em 10 a 15 minutos. Cavalcante ilustra a complexidade dos dados orçamentários

citando a área da educação, que tem 6 mil ações e subtítulos no Orçamento federal no período de 2001 a 2017.

Acesso simples

A simplificação no modo de apresentar esses dados é essencial para atrair e convidar o cidadão comum a participar do controle social do Orçamento.

— Conceder informações acessíveis é fundamental para o cidadão se empoderar e ajudar a administração pública — avalia o presidente do OS Brasília, Antonio Barros, que integra a rede de 107 observatórios sociais em 19 estados.

A iniciativa dos observatórios surgiu em 2006 na cidade de Maringá (PR) e está se expandindo rapidamente.

Segundo Barros, há cerca de 250 pedidos na fila. E já há números para mostrar a importância dessa participação. A rede de observatórios sociais economizou para os cofres públicos municipais e estaduais cerca de R\$ 1,5 bilhão entre 2012 e 2015, conforme levantamento de Barros, que trabalhou cinco anos na área de prevenção à corrupção da antiga Controladoria-Geral da União.

Formada por voluntários e mantida com doações e contribuições solidárias, a rede dos observatórios sociais pode contar agora com a ajuda do Siga Painéis, quando for fiscalizar qualquer irregularidade que envolva recursos da União.

Organizações

Cada vez mais surgem iniciativas de cidadãos conscientes da importância do controle social do Orçamento, em qualquer esfera de governo. Há quatro anos foi criada em Curitiba a ONG Vigilantes da Gestão Pública. Segundo o seu presidente, Sir Carvalho, ela possui mais de 150 voluntários.

O trabalho da ONG começou focado na análise de licitações e se estende hoje a fiscalizar os limites de gastos impostos às prefeituras pela Lei de Responsabilidade Fiscal, convênios com repasses federais, despesas com diárias, nomeações indevidas, casos de corrupção e até denúncias de crimes ambientais.

— Percorro a média de 1,5 mil quilômetros por semana em um estado como o Paraná — calcula Carvalho.

Um dos exemplos dos quais se orgulha foi apontar o repasse indevido de R\$ 13 milhões por ano para ONGs de agentes públicos, como prefeitos e vereadores do seu estado.

— O caso já está em fase de inquérito — diz ele.



Saiba mais

Siga Brasil, do Senado
www.senado.leg.br/sigabrasil

ONG Contas Abertas
www.contasabertas.com.br

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



Consultor de Orçamento Orlando Cavalcante apresenta o novo Siga a ONGs